

Pertencimento

Lais Mourão (Universidade de Brasília) LAIS.MARIA@TERRA.COM.BR

Resumo:

O artigo discute a construção conceitual da noção de pertencimento tendo como referência o pensamento da complexidade e os fundamentos da Educação Ambiental. Referencia o enraizamento físico e biológico do sujeito humano e destaca a qualidade própria de todo sujeito vivo que se inclui em relações de pertencimento sem perder sua identidade particular, realizando simultaneamente a distinção individual e o pertencimento societário. Coloca também a necessidade de evitar o reducionismo biológico, quando se trata de distinguir a natureza humana na dimensão da vida, mostrando que a noção de pertencimento humano exige inscrever a lógica da vida nas condições específicas do modo de organização cultural da sociedade humana. Conclui que o princípio do pertencimento traz em seu bojo a questão da subjetividade como uma dimensão intrínseca do conhecimento vivo e humano, e que integrá-la é condição de possibilidade para um conhecimento que se sabe pertencente e se quer compatível com a complexidade do vivido.

Palavras-Chave: Complexidade, Educação Ambiental.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO: MESA-REDONDA E ANAIS DO CONGRESSO

EIXO: PESQUISA TRANSDISCIPLINAR

Uma das noções mais relevantes para a compreensão da crise socioambiental que vivemos hoje, é a noção pessoa humana.

A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar.

Esta visão particularista e fragmentada do ser humano tem sido amplamente apontada não somente como uma das causas, mas como o principal obstáculo para a superação da incapacidade política de reverter os riscos ambientais e a exclusão social.

A história das formas pelas quais a espécie humana tem construído a sua inserção ecológica mostra que a capacidade de inscrição congruente¹ da organização social na eco-organização², principalmente a partir da domesticação das espécies vivas e das revoluções tecnológicas, apresenta uma variedade de

¹ Capacidade de inscrição congruente: mover-se e transformar-se em consonância com a dinâmica do meio, em coexistência e coerência com o outro (Cf. Maturana, 2000).

² Eco-organização: o modo e a dinâmica de organização dos ecossistemas, a partir das interações entre a diversidade de seres vivos e a base física que o constituem (Cf. Morin, 1997).

momentos críticos de diversas ordens, onde se romperam os limites dentro dos quais a vida pode se manter de modo sustentável.

O rompimento desses limites não é, portanto uma novidade da sociedade contemporânea, mas o atual patamar de intervenção antropossocial na biomassa parece representar um limiar entre subjugação e sujeição³ que nunca antes foi ultrapassado de modo tão radical.

A degradação socioambiental se traduz na perda dos saberes práticos que sustentavam as relações de mútuo pertencimento entre o humano e o seu meio.

O pescador perde o conhecimento rico e profundo do mar e a sua perícia; o caçador perde a arte estratégica e sutil de ler os indícios e vestígios, o agricultor perde a ligação com o planeta, o cosmos, o ecossistema.

Dessa forma, forjam-se pessoas dependentes de relações artificiais de vida (principalmente no meio urbano, mas não apenas aí), comandadas por mecanismos centralizadores cujo modo de operação desconhecem.

Diz-se, então que os humanos perderam a capacidade de pertencimento. As ideologias contemporâneas sobre o desenvolvimento econômico ancoram-se numa crença irracional que inverte radicalmente a afirmação do sábio chefe indígena Seattle, ou seja, elas parecem acreditar que “nada que acontecer à Terra afetará os filhos da Terra”.

Trata-se, realmente de uma representação idealizada sobre os poderes milagrosos da tecno-ciência, como se esta fosse um instrumento neutro, desvinculado das intenções emanadas do projeto de sociedade dominante, e como se fosse possível deter o avassalador processo de globalização da pobreza sem reverter o não menos avassalador processo de concentração da riqueza.

Esta crença cultural na eficácia milagrosa de um conhecimento puramente instrumental é produzida e reproduz o desenraizamento dos humanos de seu solo biológico e planetário, oculta a complexidade da vida e desliga o humano de seus vínculos intrínsecos com a ordem cósmica.

A transformação deste padrão é obviamente um problema educacional, no seu sentido mais amplo e intrínseco, psico-cultural e socio-político, pois se trata de fazer emergir do inconsciente coletivo da humanidade suas experiências de pertencimento, trazer para a luz da consciência os conteúdos ocultos na sombra de nossa solidão como partes desgarradas de um mundo partido.

Porém as estratégias apontadas para o enfrentamento desta situação dentro do campo ambiental e, mais especificamente, da educação, ainda se encontram aquém de uma compreensão deste tipo.

A noção de pertencimento que aparece nos discursos e práticas de EA não é um conceito que já se encontre formal e racionalmente definido, do qual seja possível identificar uma nítida trajetória. Pelo contrário, trata-se de uma noção fluida e escorregadia, utilizada quase sempre de modo superficial e ingênuo.

³ Subjugação e sujeição: todo ser vivo subjugando o meio onde existe e do qual se alimenta, mas somente os humanos são capazes de transformar a subjugação do meio em sujeição, no sentido de que podem anular totalmente a autonomia dos outros seres vivos e do ecossistema como um todo, colocando-os inteiramente a serviço de suas próprias necessidades (ver a questão dos transgênicos e da biotecnologia) (Idem, 1997).

A intenção de qualificar o modo de relação entre os humanos e a natureza passa por uma diversidade de sentidos que vai desde a suposição de uma identidade imediata do humano com o biológico até as mais sofisticadas posições humanistas sobre a autonomia e o poder de construção de uma nova natureza por parte da vontade humana.

A noção de pertencimento aparece também nas discussões sobre a relação entre ética e sustentabilidade, referindo-se a uma possibilidade de transformação de comportamentos, atitudes e valores para formação de pessoas e relações capazes de protagonizar um novo paradigma (Jara, 2001).

No sentido do pertencimento social, desde o início do século passado Tönnies e Weber teorizaram sobre o fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território) comum.

Vale destacar também o sentido trazido pela vertente da Ecologia Profunda, a partir de Arne Naess, que traz uma abertura epistemológica para a inclusão da subjetividade como fonte de conhecimento. Nesta vertente, o sentido de pertencimento é sublinhado como uma capacidade humana de empatia entre subjetividades, desde que o humano reconheça a subjetividade como uma qualidade do mundo vivo e entre em comunicação intersubjetiva com ele. No entanto, a questão ainda fica incompleta, na medida em que não se incorpora o conhecimento lógico objetivo nessa visão de pertencimento.

As reflexões que se seguem visam apontar algumas diretrizes para a incorporação crítica da noção de pertencimento nas propostas de EA, de modo que os educadores possam alcançar um sentido operacional para a sua prática.

Vamos considerar aqui dois pontos importantes para essa construção: o enraizamento físico e biológico do sujeito humano, e a sua condição cultural propriamente humana.

A solidariedade entre os filhos do sol

O enraizamento físico e biológico do sujeito humano é uma referência necessária na construção da idéia de pertencimento do sujeito vivo às suas pré-condições de vida, ou seja, a nossa auto-compreensão humana como co-existent em um *cosmos* e em um *oikos*.

Todas as culturas humanas têm produzido explicações a respeito de nossa condição de filhos do universo, quer seja na linguagem mítica, ou na linguagem científica da sociedade atual. E isto acontece porque precisamos destas respostas para construir a plenitude de nossa identidade humana e do nosso morar no mundo.

Seja qual for a resposta que adotemos para explicar o modo de existência do universo, ela sempre nos remete à nossa própria existência como seres desse universo, a cujo destino estamos inexoravelmente presos. Por outro lado, as representações do pertencimento ao mundo vivo enfocam a constituição existencial subjetiva que partilhamos com as demais espécies planetárias, em meio à sua enorme diversidade.

A visão do pensamento complexo, no quadro inter e transdisciplinar⁴ da ciência contemporânea (Edgar Morin, Humberto Maturana, Henri Atlan, entre outros), por exemplo, propõe ao pensamento científico uma habilidade de lidar com os aparentes paradoxos, reconsiderado a dicotomia entre autonomia e dependência entre os seres vivos nos ecossistemas, e, portanto, entre o humano e o meio onde ele existe.

Dessa forma, os organismos individuais podem ser vistos ao mesmo tempo a partir da sua dependência do código genético da espécie, e a partir da sua condição de seres autônomos, cujas interações espontâneas são co-formadoras da eco-organização.

Solidários e competidores, na diversidade reprodutiva das espécies e na solidariedade competitiva das cadeias alimentares, os seres interdependentes sustentam os pequenos e médios ciclos da vida no planeta. Trabalhando nas associações e nos antagonismos para si e para os seus, sustentam a estabilidade dinâmica do todo.

Nessa, como em tantas outras cosmologias ancestrais, a solidariedade precisa ser mais forte que a competição, para a sustentabilidade da organização viva. Seja uma ameba, seja um humano, o indivíduo vivo é visto simultaneamente como um ser de carências e de liberdades, em sua dupla identidade: egoísta e ecológica.

Pelo ângulo da identidade egoísta, Maturana denominou os sistemas vivos de *autopoiéticos*, por sua capacidade circular e autônoma de construir seus próprios componentes, definir seus limites e sua organização. Ao mesmo tempo em que se transmite geneticamente, a auto-organização do ser vivo forma um organismo capaz de computar informação sobre si e sobre o mundo externo, acumulando experiência, memória, criando estratégias de vida, e uma existencialidade própria (história).

Por seu egocentrismo, o ser individual vive uma solidão existencial, ou seja, uma nítida fronteira que o separa do seu meio externo, onde estão os outros seres. Porém, esta mesma condição de solidão, incerteza e separação engendra também um princípio de inclusão, ou seja, impele à busca da comunicação informacional e cognitiva com esse meio externo e com esses outros. A necessidade de associar-se a outros seria, então um aspecto indissociável da organização viva do indivíduo-sujeito. As relações inter-subjetivas formam circuitos trans-subjetivos que geram organizações de segundo grau, como os organismos complexos dos mamíferos, e de terceiro grau, como as sociedades animais e humanas.

Nessa visão, os indivíduos-sujeitos se incluem em relações de pertencimento sem perder sua identidade particular, realizando simultaneamente a distinção individual e o pertencimento societário, a inclusão identitária e a exclusão egocêntrica.

Quanto mais complexos na sua constituição biológica, mais autônomos e dependentes são os indivíduos, e maiores as suas chances de enfrentar desafios e

⁴ Enquanto a interdisciplinaridade é uma atitude que busca a construção de objetos e metodologias comuns entre grupos de disciplinas científicas, a transdisciplinaridade é uma atitude que busca inserir e compreender o pensamento científico no contexto das visões de mundo vigentes na sociedade atual. (Cf. Nicolescu, 2000).

riscos, assim como maiores são as suas necessidades de afeição, nutrição e proteção.

Se aceitarmos essas premissas, podemos então dizer que esta capacidade e necessidade própria dos indivíduos-sujeitos vivos se desenvolve em seu mais alto grau nos humanos, e se constitui no fundamento do pertencimento e da compreensão humana do sujeito vivo.

Natureza e sociedade

Por outro lado, ao indagarmos sobre o que distingue a natureza humana na dimensão da vida, encontramos uma nova premissa. A construção da noção de pertencimento humano exige um passo além, que permita inscrever a lógica da vida nas condições específicas do modo de organização da sociedade humana.

Para não cair no reducionismo biológico, temos que pensar o pertencimento humano ao *oikos* e ao *socius* naquilo que lhe é inerentemente específico, ou seja, na condição propriamente humana de nossa identidade cultural.

O que acontece em termos de complexificação da vida, quando se trata da espécie humana? Se a autonomia do indivíduo vivo se sustenta em sua capacidade de aprendizagem, pela qual ele é capaz de enfrentar a incertezas ecológicas elaborando estratégias de cognição e comportamento próprias e únicas, no caso da espécie *homo* emerge uma *revolução mental*, na qual o crescimento e reorganização do cérebro mamífero permite novas competências e autonomias, até a criatividade e inventividade humanas, engendrando a consciência e o pensamento.

Morin (1999) propõe que a cultura seja considerada como um capital genético de segundo grau, que provê uma nova base de informações e programas de saberes, normas, comportamentos que organizam a relação sociedade-natureza. Trata-se de uma outra e mais complexa dimensão de pertencimento.

A nova base organizacional trazida pela cultura se inscreve e se veicula por meio da linguagem e da comunicação. Maturana diz que o humano vive imerso na linguagem, como o meio comunicacional onde se formam e se transformam as aptidões mentais, psicológicas e afetivas. É nela que a cultura reproduz em cada sujeito a complexidade social, ao mesmo tempo em que neles se transforma.

Pelo processo comunicativo da socialização internaliza-se um padrão cultural externo ao indivíduo, formado da acumulação de aquisições coletivas, transformando-o em sujeito construído dentro dos limites de um determinado universo cultural.

As mitologias e ritualísticas antigas costumam expandir essa capacidade hipercomplexa de criação e recriação atribuindo-a ao mundo vivo em geral, um modo de representação que é chamado de animismo. Dessa forma, o pensamento mítico ancestral afirma o que, de resto, é também uma conclusão do pensamento complexo contemporâneo: para o humano, não há como ver o mundo senão pela dinâmica da criação cultural.

Se é verdade que toda visão humana de mundo é estritamente uma visão cultural, de cujos limites jamais poderemos escapar (seja ela mítica, ideológica,

filosófica ou científica), também é certo que o padrão cultural é aberto e se transforma, exatamente na práxis dos indivíduos-sujeitos interconectados, na relação de pertencimento entre os ecossistemas e as sociedades humanas.

O que temos chamado de *consciência ecológica* seria o resgate dessa condição de pertencimento na práxis humana, recolocando a produção do conhecimento no anel recorrente⁵ que liga sociedade e natureza.

É nesse sentido que podemos afirmar: os humanos somos pertencentes ao mundo físico, parentes de todos os seres vivos, mas ao mesmo tempo distanciados e estranhos a eles; somos profundamente enraizados em nossos universos culturais que ao mesmo tempo nos abrem e nos fecham as portas de outros possíveis conhecimentos.

O princípio do pertencimento parece, assim, traduzir-se como uma dialógica⁶ entre semelhança e estranhamento.

Na visão ancestral das sociedades antigas, onde mito, filosofia, ética e ciência estavam profundamente entrelaçados e indissociados, semelhança e identificação são aquilo que nos torna capazes de compreensão da e na subjetividade, estabelecendo uma comunicação com base na afetividade, isto é, na possibilidade de sermos diretamente afetados pelo outro. Por outro lado, é no estranhamento, na radicalidade da diferença, que mora a possibilidade de um conhecimento objetivo, distanciado o suficiente para permitir uma compreensão complexa da diferença do outro.

Parece, então que o princípio do pertencimento traz em seu bojo a questão da subjetividade como uma dimensão intrínseca do conhecimento vivo e humano, e que integrá-la é condição de acesso à objetividade, isto é, à possibilidade de um conhecimento que se sabe pertencente e se quer compatível com a complexidade do vivido.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, M. da Conceição de et al - *Ética, Solidariedade e Complexidade*. S. Paulo: Palas Athena, 1998.

Atlan, Henri - *Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Brandão, Carlos R. - "Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza", in *Somos as Águas Puras*, S. Paulo: Papyrus, 1994 (71-135)

Boff, L. - *Ethos Mundial. Um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000.

Chefe Seattle - carta ao presidente dos EUA, em 1854, divulgada pela UNESCO em 1976, in Faria, Antonio Augusto da C. (org.) - *Encontros Fortuitos. Reflexões sobre a Natureza*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Drengson, Alan & Inoue, Y. - *The Deep Ecology Movement: an introductory anthology*. Berkeley, California: North Atlantic Books. 1995.

⁵ Anel recorrente: relação circular espiralada entre conceitos ou fenômenos, conectando o fim ao início e produzindo as condições necessárias para a continuação do ciclo em novos patamares.

⁶ Dialógica: lógica que admite a simultaneidade de relações de complementaridade, antagonismo e/ou concorrência.

- Jara**, Carlos J. – *As Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.
- Lutzenberger**, José - “*Hipótese Gaia*” - <http://www.arvore.com.br> (acessado em maio de 2005)
- Maturana**, Humberto - "*Transdisciplinaridade e Cognição*", in Educação e Transdisciplinaridade, Nicolescu, B. (org.), Brasília: UNESCO, 2000 (83-114).
- Morin**, Edgar - *O Método*.
- Vol. I - *A Natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. 3ª Edição
- Vol. II - *A Vida da Vida*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999. 3ª Edição
- Naess**, Arne - *Ecology, Community, and Lifestyle: outline of an ecosophy*. Cambridge University Press, 1989.
- Nicolescu**, Basarab - "*Um novo tipo de conhecimento - Transdisciplinaridade*", in Educação e Transdisciplinaridade, Nicolescu, B. (org.), Brasília: UNESCO, 2000 (13-29).
- Sheldrake**, Rupert - "*Tempos e lugares sagrados*", in O Renascimento da Natureza. São Paulo: Cultrix, 1993 (167-183).
- Toynbee**, Arnold - *A Humanidade e a Mãe Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- Unger**, Nancy Mangabeira. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- *Da Foz à Nascente. O recado do rio*. S. Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- Weber**, Max – *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- Wong Un**, Júlio Alberto. “*Visões de comunidade na saúde: comunidade, interexistência e experiência poética*”. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.